Ficha catalográfica

CIP - Brasil. Catalogação-na-fonte
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

Furtado, Celso.
F987c Criatividade e dependência na civilização industrial / Celso Furtado. - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

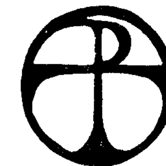
1. Desenvolvimento econômico - Aspectos sociais 2. Industrialização - Aspectos sociais 3. Mudança social I. Título

CDD - 301.2
330.9
78-0553 CDU - 308:338

EDITORA PAZ E TERRA
Conselho Editorial:
Antonio Candido
Celso Furtado
Fernando Gasparian
Fernando Henrique Cardoso

CELSO FURTADO

CRIATIVIDADE E DEPENDÊNCIA NA CIVILIZAÇÃO INDUSTRIAL



Paz e Terra

II

Emergência e difusão da civilização industrial (I)

A compreensão dos problemas com que se defrontam atualmente as economias dependentes requer uma visão histórica e estrutural do capitalismo industrial. A acumulação, em cujo bojo este se gerou, foi precedida por um processo de ampliação do excedente comercial. Porque abre as portas à especialização, o comércio causa aumentos de produtividade, ao mesmo tempo que facilita a difusão dos valores culturais dos povos que o promovem. Certo, a abertura de certas linhas de comércio requer investimentos prévios de monta. Assim, a descoberta da rota das Índias pelos portugueses em fins do século quinze, baseou-se em consideráveis investimentos na ciência e na técnica da navegação de longo curso, na técnica da construção naval, no levantamento cartográfico de extensas áreas, na formação de pessoal altamente especializado. Mais de um século de esforços conscientemente orientados separam os primeiros ensaios de exploração marítima nas costas africanas da chegada de Vasco da Gama às Índias. Mas, aberta a linha de comércio, a redu-

ção nos custos de transporte e a eliminação de toda uma cadeia de intermediários proporcionaram lucros consideráveis aos portugueses.

A abertura de linhas comerciais de amplitude planetária, na primeira metade do século dezesseis, está na origem do processo acumulativo que conduziria à revolução industrial. Esse longo processo não se caracteriza propriamente por mudanças de monta nas técnicas de produção. É graças à crescente incorporação de novas linhas de comércio e à ativação de novos recursos de metais preciosos, de solos e de mão-de-obra submetida a regime escravo ou servil que se expande o excedente drenado para certas regiões da Europa, com amplas conseqüências para as atividades produtivas preexistentes e reflexos no plano social.

A observação desse período multissecular, durante o qual se gera a civilização industrial, constitui a chave para identificar os traços mais característicos das sociedades capitalistas contemporâneas. A intensificação das atividades econômicas em certas regiões da Europa ocidental, nessa fase decisiva da história moderna que Braudel chamou de "longo século XVI", reflete em grande parte a ação dominadora que os europeus exerceram sobre outros povos em uma área que se expandiu até alcançar os confins do planeta. Os ricos mercados do sudeste asiático, que numa primeira fase seriam em grande parte pilhados, o formidável reservatório de mão-de-obra descoberto na África e nas Américas e as reservas de metais preciosos destas últimas ampliaram vertiginosamente as bases da economia européia no que respeita à sua capacidade de geração de excedente. Era o raio de ação das atividades econômicas dos europeus que se dilatava, e não propriamente as forças produtivas que se desenvolviam. O avanço que possuíam os europeus na tecnologia militar transformou-se em formidável instrumento de expansão geográfica quando frutificou o longo esforço para desenvolver os meios de navegação e transportes marítimos transoceânicos. A conjugação dessas duas tecnologias produziria o *poder naval*, que permitia agir de surpresa e evitar toda confrontação que envolvesse riscos elevados. Assim os portugueses com limitados recursos humanos, mas com uma mobilidade que se traduzia no monopólio da iniciativa, puseram em xeque no sul da Ásia o poder do império otomano e durante um século mantiveram sob seu estrito controle

o rendoso comércio transoceânico no âmbito do hemisfério oriental.

O fato decisivo nessa fase da evolução-econômica-européia consiste na considerável ampliação do excedente, sem que a isso correspondam modificações significativas nas forças produtivas. A posição de força que assumem os europeus em muitas das regiões que "descobrem", permite-lhe extrair um excedente por via autoritária, além daquele que lhes advém de operações comerciais. Nas Américas, onde a conquista dos impérios azteca e inca produzirá um substancioso butim sob a forma de metais preciosos, a extração de excedente será principalmente por via autoritária, prevalecendo a escravidão e distintas formas de trabalho servil na organização da produção. As populações nativas das Américas e os milhões de africanos transplantados para as terras americanas pagaram o mais alto tributo, nessa fase da acumulação européia. Por outro lado, o influxo de metais preciosos na Europa viria estimular as atividades comerciais internas e permitir a monetização de parte do excedente gerado localmente e que antes era utilizado *in natura*, emprestando-lhe maior mobilidade.

A história social e política da Europa no período a que nos estamos referindo está intimamente vinculada ao processo de absorção desse excedente, que se expandia por indução externa. Em alguns países coube ao Estado, mais precisamente à Coroa, o papel central na "reciclagem" (como se diria hoje em dia) dos recursos originados pela expansão externa. A Espanha dos Áustrias é o caso exemplar: os novos recursos foram principalmente utilizados para financiar guerras prestigiosas na Europa e para subsidiar estruturas sociais ossificadas de caráter crescentemente parasitário. Certo: esta é uma visão simplista, que ignora o fato essencial de que o influxo de metais preciosos, concentrando-se na Espanha, quase que obrigatoriamente teria que elevar-lhe o nível de preços com respeito aos países que tinham acesso ao seu mercado interno, o que estimulava as importações e desorganizava setores da produção local. Mas, quaisquer que hajam sido os processos econômicos, no plano social os resultados não deixam lugar a dúvida: persistência das velhas estruturas de dominação em simbiose com um Estado que era chamado a ampliar consideravelmente suas atividades administrati-

vas para fazer face aos múltiplos problemas causados pela expansão exterior.

Mas não foi a experiência espanhola a que marcou a história social moderna da Europa. Nos casos de maior relevo, o Estado tenderia a transformar-se em arena na qual iam penetrando as novas forças sociais que o excedente em expansão estava reforçando. As transformações subseqüentes do sistema de dominação social, que viriam a ser conhecidas como "revolução burguesa", constituem a fase decisiva da formação das sociedades capitalistas de nossa época. A revolução burguesa não é outra coisa senão a forma particular que assumiu a evolução social européia. Isolá-la de seu contexto histórico e ligá-la "necessariamente" ao desenvolvimento das formas produtivas, é transformá-la em um conceito cujo alcance explicativo já está contido na teoria do desenvolvimento das forças produtivas, da qual se parte.

O conceito de "classe em ascensão" corresponde melhor ao que têm em vista aqueles que vêem na revolução burguesa a simples conquista da posição hegemônica pela classe mercantil. Tampouco existe evidência histórica de que a ascensão da classe mercantil se confunde com o avanço do capitalismo. Não foram as repúblicas mercantis do Mediterrâneo ou do Báltico e nem mesmo os Países Baixos que produziram o capitalismo industrial.

O avanço do capitalismo, no sentido de sua complexidade, ocorreu naquelas regiões européias em que a ascensão da classe burguesa (fundada na expansão do excedente de origem mercantil) assumiu a forma de entrosamento desta com grupos dominantes tradicionais. As companhias de comércio, dotadas de amplos poderes delegados pelo Estado, surgidas nos Países Baixos e na Inglaterra desde fins do século dezesseis, permitiram aos próprios reis e a muitos elementos dos grupos tradicionais de poder cooperarem diretamente com os comerciantes em suas lucrativas operações ultramarinas. Das poderosas posições financeiras que ia construindo, a grande burguesia foi abrindo caminhos de acesso aos centros de decisão e obtendo (e ocasionalmente impondo) modificações institucionais que permitiam ampliar sua área de ação. Graças a essas modificações, os critérios básicos que regem a atividade mercantil (livre iniciativa, livre contratação, livre circulação) puderam ser estendidos a novos e crescentes setores da vida social. Assim foram progressivamente destruídas as corporações de ofício, que obstaculizavam a livre organização da produção, e foi desarticulado o rígido controle exercido sobre a população rural pela oligarquia territorial.

Foi a subordinação das atividades diretamente produtivas aos critérios mercantis – mediante o desmantelamento das corporações e a usura ou eliminação dos privilégios feudais – que conduziu à gestação da revolução industrial, essa mutação histórica que pôs em marcha o rápido processo de desenvolvimento das forças produtivas, característico do capitalismo contemporâneo. A subordinação das atividades diretamente produtivas à lógica do mercado significou a transformação dos recursos produtivos primários – a força de trabalho do homem e a terra – em mercadoria, ou seja, em objetos que se transacionam com base em um valor de troca. Como os mercados estão sob o controle daqueles que dispõem de uma acumulação prévia, a integração nos mercados de uma parcela crescente da população como força de trabalho e das terras como fator de produção traduzia-se em reforçamento da posição da classe mercantil, ou burguesia, na estrutura de poder. A pressão sobre o quadro institucional preexistente tendia portanto a auto-alimentar-se. É esse processo, pelo qual a ampliação do excedente, induzida por fatores externos, leva a deslocações no sistema de dominação social (das quais resultam modificações fundamentais na organização da produção), que é específico da história européia. A civilização industrial gerou-se em seu bojo, portanto dentro de um contexto histórico perfeitamente delimitado. A sua difusão pertence a outro processo histórico, que de nenhuma maneira pode ser compreendido a partir de um quadro conceitual, derivado estritamente da experiência original européia.

A prevalência dos critérios de mercado implicava atribuir um *valor de troca* a todos os elementos que entram no processo da produção. A possibilidade de identificar um denominador comum a esses elementos permitia visualizar a organização da produção em termos estritamente quantitativos. A terra em mãos de um senhor feudal possuía múltiplos significados e, acima de tudo, era um instrumento que o habilitava para exercer tutela sobre a população que dependia de acesso a essa terra para sobreviver. Arrendada a um empresário, simplificava-se em "elemento da produção", do qual devia ser extraído um rendimento suficiente para pagar o ar-

rendamento e proporcionar uma margem ao arrendador. Mas a terra não produz isolada e, demais, pode ser substituída em parte por trabalho intensivo e/ou outros recursos que a ela se aplicam. Orientar-se nesse meandro de opções requer acesso à informação, contabilização de todos os recursos produtivos, inventividade. Era toda uma nova visão do processo social da produção, essencialmente racional, que ia emergindo.

Essa evolução apresenta-se com clareza ainda maior no campo das manufaturas. O mundo artesanal reproduzia-se, tradicionalmente, como um aspecto da transmissão da herança cultural. As corporações de ofício, que se haviam consolidado como um instrumento de controle social na alta idade média, privilegiavam uma minoria mas também asseguravam estabilidade a um importante segmento da sociedade. A expansão do trabalho manufatureiro torna-se possível quando surgem mercados *extramuros*, vale dizer, quando o produto artesanal passa a ser objeto de transações mercantis à distância. Concomitantemente surge a dependência *vis-à-vis* dos comerciantes que asseguram acesso aos mercados e, na medida que a produção se amplia e diversifica, o fornecimento de matérias-primas. Entre os comerciantes, que enfeixavam um crescente controle financeiro do conjunto das operações, e a massa dos trabalhadores interpunha-se a classe de mestres e companheiros, cujos privilégios estavam na dependência da preservação das formas tradicionais de organização do trabalho. A deslocação dessas estruturas intermediárias de dominação traduziu-se no controle direto da produção por agentes motivados estritamente por critérios mercantis. Já nenhum obstáculo social se antepunha ao aprofundamento da divisão do trabalho, à simplificação das tarefas, à redução do tempo que o produto permanecia em mãos de cada trabalhador, à homogeneização das tarefas que acompanharia a introdução de novos instrumentos.

Na sociedade que emergiu dessas transformações, as atividades econômicas assumiram considerável autonomia e passaram a desempenhar papel determinante em todas as dimensões da cultura. Acumular, ampliar o excedente vieram a constituir objetivos em si mesmos, considerando-se como "racional" a eliminação de todo obstáculo à eficiência produtiva. A revolução industrial confunde-se com a fixação definitiva dessa nova ordem social, na qual não somente a força física mas também a capacidade intelectual do ho-

mem tendem a subordinar-se crescentemente a critérios mercantis. O último quartel do século dezoito e a primeira metade do dezenove podem ser vistos como uma transição entre o longo período de gestação da nova ordem social e o novo em que se configura nitidamente a sociedade capitalista industrial. Nesta última o processo de acumulação se incorpora às estruturas de produção e as relações externas se apresentam como uma linha auxiliar, que adiciona flexibilidade ao todo.

É a esse conjunto de transformações sociais – conduzentes à autêntica mutação que produziu a sociedade industrial capitalista – que convém referir especificamente como revolução burguesa. O impacto de um considerável excedente adicional, que se origina nas relações externas, constitui um aspecto fundamental desse processo histórico. A captação de grande parte desse excedente pela classe mercantil e sua utilização para deslocar as estruturas de dominação social na esfera da organização da produção constituem outro aspecto de não menor significação. Produzir deixa de ser um relacionamento estável entre os componentes de um grupo social para transformar-se em uma "especulação", conforme o percebeu com clareza desde os albores do século dezenove Sismonde de Sismondi. Foi a partir dessa transformação no sistema de dominação, que os critérios de mercado (e a racionalidade que lhe é própria) penetraram significativamente na organização da produção. Se as transformações no sistema de dominação social assumiram a forma de um processo multissecular, a penetração dos critérios mercantis na organização da produção tenderia a acelerar-se, produzindo esse autêntico salto histórico que foi a revolução industrial. As técnicas produtivas, antes componentes da memória social, transformam-se em objeto de transação mercantil. A inovação nos métodos produtivos passa a ser o caminho mais curto para surpreender os concorrentes e, portanto, um instrumento de poder. O crescimento do excedente já não depende da abertura de novas linhas de comércio, podendo ser engendrado mediante simples aumentos de eficiência. A acumulação se acelera e assume o papel de elemento motor de toda a evolução social.

Com efeito: a dinâmica de uma sociedade, em que as atividades produtivas são crescentemente subordinadas à lógica de um processo acumulativo, constituía uma ruptura com tudo o que havia existido até então. De uma ou outra forma, todas as relações so-

ciais tenderiam a refletir, em graus diversos, a despersonalização inerente à preeminência da acumulação. Tenderiam a ser vistas como *coisas*, como prolongação do mundo físico.

A acumulação sempre constituiu, em todas as sociedades, um dos sustentáculos do sistema de dominação social. A formidável rede de estradas que os romanos construíram, a muralha chinesa e as pirâmides egípcias são exemplos clássicos de ingentes esforços acumulativos visando de uma ou outra forma consolidar estruturas de poder. O que singulariza a revolução burguesa é a utilização crescente do excedente como instrumento de controle do sistema de produção. Nos países em que ocorreu a revolução burguesa o controle das terras e das principais instituições que constituem o Estado permaneceu em mãos das classes dominantes tradicionais, até avançado o século dezenove. A ascensão da burguesia é mais um processo de geração de novas formas de poder do que a assunção de novos grupos sociais às formas tradicionais. Essas novas formas de poder fundavam-se no controle da produção e não na propriedade da terra e/ou na tutela direta sobre a população. O desvio do excedente das obras de prestígio e do consumo conspícuo para o sistema de produção vem a ser a mola mestra do processo de reestruturação do sistema de poder. Esta a razão fundamental pela qual a idéia mesma de acumulação tendeu a confundir-se com a de desenvolvimento das forças produtivas.

Acumulação *stricto sensu* é apenas a transferência no tempo do uso final de recursos disponíveis em um momento dado. A construção de uma muralha de defesa constitui caso típico da distribuição no tempo do uso final de certos recursos. O desenvolvimento das forças produtivas implica em transformação dos recursos, portanto em uma reestruturação do processo produtivo e, provavelmente, daquilo que se produz. A substituição da diligência pelo trem é, evidentemente, um processo de acumulação nos meios de transporte, mas a ninguém escapa que o serviço prestado pela estrada de ferro é qualitativamente distinto, permitindo à sociedade assumir outras formas de organização e aumentar consideravelmente a demanda de transporte interurbano, o que por seu lado favorece o prosseguimento da acumulação.

Em realidade, o que chamamos de desenvolvimento das forças produtivas na sociedade industrial é um duplo processo de transformação: ao nível da utilização dos recursos produtivos e no plano do comportamento dos agentes sociais. Mesmo que, do ponto de vista de um agente isolado, essas transformações assumam a forma de *economia de recursos*, globalmente elas operam no sentido de assegurar o prosseguimento da acumulação. Economizar recursos na produção de diligências não é fenômeno da mesma natureza que substituir as diligências pela estrada de ferro. Por outro lado, não seria possível produzir o material ferroviário com os mesmos instrumentos e técnicas utilizados na produção de diligências. As transformações inerentes ao processo de acumulação nas forças produtivas são, necessariamente, inovadoras. Sem economia de recursos (aumento de eficiência) e modificação nos padrões de consumo (diversificação da produção) a acumulação ao nível das forças produtivas tenderia a um ponto de saturação. Uma crescente redução das desigualdades sociais poderia transferir no tempo esse ponto, mas não evitá-lo. Existe, portanto, nas sociedades surgidas do capitalismo industrial, uma relação estrutural entre o grau de acumulação alcançado, o grau de sofisticação das técnicas produtivas e o nível de diversificação dos padrões de consumo dos indivíduos e da coletividade.

A crescente infiltração dos critérios de racionalidade instrumental nos meandros do corpo social produziria na Europa um estilo de civilização cujos traços mais salientes são: a industrialização (tecnicismo de todas as atividades produtivas), a urbanização (estruturação espacial da população para satisfazer as exigências do mercado de trabalho) e a secularização (prevalência da razão na legitimação dos sistemas de poder). O rápido processo de acumulação e o avanço tecnológico que são inerentes a essa civilização capacitaram alguns povos da Europa para submeter a controle a quase totalidade do planeta. A história moderna e contemporânea é em grande parte um reflexo dessa empresa de dominação planetária e do esforço inverso dos povos dominados para liberar-se. O empenho visando a estender as áreas de dominação e a resposta que o mesmo provoca – despertar das nacionalidades, movimentos sociais liberatórios – são aspectos do processo global de difusão da civilização industrial, a qual tende a tecer laços de interdependência entre todos os grupamentos humanos. Para escapar à dominação externa foi necessário antecipar-se no esforço de assimilação, ainda

que parcial, das técnicas da civilização industrial. Liberar-se dessa dominação, que tenderia a assumir formas cada vez mais sutis no campo econômico, é a difícil tarefa que atualmente enfrentam os povos que se identificam como pertencendo a um Terceiro Mundo.

Nenhum tema é mais abrangente na história contemporânea do que o da difusão da civilização que surgiria na Europa do longo processo da revolução burguesa. No contexto europeu (no sentido lato, abrangente das sociedades formadas pelos europeus nos espaços vazios de clima temperado da América do Norte e da Oceania) a industrialização processou-se no quadro de um sistema de cultura que se vinha transformando, em decorrência da ascensão da classe burguesa, no sentido da secularização, da primazia dos critérios de racionalidade, do prestígio do conhecimento fundado na observação do mundo empírico. A rejeição do dogmatismo no plano do conhecimento e do autoritarismo no dos julgamentos de valor fez que a luta contra as formas tradicionais de organização social assumisse a imagem de *liberação do indivíduo*, que desencarnava de um estreito papel em uma estrutura social imóvel para enfrentar-se com um horizonte de opções que o induzia à iniciativa. As relações entre grupos e classes sociais de grande estabilidade, que haviam constituído a essência da vida política, serão crescentemente perturbadas pela emergência de novos grupos de menor estabilidade, constituídos de indivíduos com múltipla inserção social, portanto capazes de preservar maior autonomia de ação. Novas formas de organização social dariam maior complexidade às estruturas intermédias (compreendidas entre os grupos de parentesco e o Estado, e que Hegel chamaria de sociedade civil), criando condições para que parcelas crescentes da população sejam incorporadas à esfera da ação política. Desta forma, a civilização industrial, que engendrou a revolução burguesa, definiu-se no plano político como um processo de *democratização*, ou seja, de crescente ligação do princípio de legitimidade à representatividade social do poder.

A difusão planetária da civilização industrial constitui processo histórico fundamentalmente distinto do que vimos de referir. Em alguns casos essa difusão resultou do comportamento reativo de

povos que viam ameaçada sua soberania ou uma posição geográfica dominante. Foi este o caso da Rússia czarista no período que se seguiu à guerra da Criméia, quando ficou patenteada a fragilidade de sua posição hegemônica na Europa oriental. Mas é o Japão que constitui a referência exemplar, dada a considerável distância que o separava do mundo industrializado quando, na segunda metade do século dezenove, colocou-se o problema de sua sobrevivência como nação soberana. Já no século dezesseis esse país se havia insurgido com êxito contra a penetração européia, assimilando rapidamente a técnica das armas de fogo e reduzindo ao mínimo os contactos com o exterior. No século dezenove, em face da segunda grande vaga expansionista européia, o isolamento já não seria uma solução. Não se tratava agora de absorver uma técnica militar relativamente simples para um país que na época possuía uma metalurgia do ferro tão avançada quanto a européia, e sim de assimilar todo um sistema de civilização material. Essa operação foi empreendida com êxito sob a liderança de uma facção da aristocracia, que assumiu o controle do Estado e dele fez o instrumento das transformações sócio-econômicas requeridas. Tratava-se, no caso, de implantar técnicas de produção – introduzindo nas estruturas sociais apenas as modificações indispensáveis – já comprovadas pela experiência de outros países e a que se podia ter acesso nos mercados internacionais ou mediante acordos bilaterais. Os sacrifícios impostos ao povo e também a uma parte das classes privilegiadas (particularmente os proprietários de terras) foi considerável. A compatibilização do novo aparelho produtivo, abruptamente enxertado, com a sociedade tradicional japonesa nao terá sido um processo menos implacável, pelos sacrifícios exigidos, do que qualquer das grandes revoluções sociais do século vinte. Em todo caso, o capitalismo industrial implantar-se-ia no Japão na ausência das estruturas sociais produzidas na Europa pelo prolongado processo da revolução burguesa. A empresa capitalista japonesa seria uma projeção dos grupos sociais tradicionais, excluindo a competição entre os elementos que a compõem e assumindo *vis-à-vis* destes funções protetoras que cabiam tradicionalmente às estruturas sociais fundadas no parentesco. O entrosamento financeiro entre as empresas e a simbiose dos grandes grupos com o Estado constituem clara evidência de que estamos em face de um quadro institucional fundamentalmente distinto daquele

criado pela revolução burguesa, onde é nítida a demarcação entre entidades de direito público e de direito privado, configurando-se a empresa (a firma) como a projeção ampliada da pessoa do proprietário.

Outro processo eficaz de difusão (mais precisamente de aceleração da difusão) da civilização industrial brotaria da revolução bolchevista. Sem embargo de que a doutrina revolucionária leninista se apresentava como herdeira da crítica global do capitalismo surgida na Europa ocidental – crítica de raízes utópicas objetivando à desalienação do homem em um novo estilo de civilização –, o que emergiu como experiência de "socialismo em um só país" assumiria a forma de ingente esforço de rápida difusão da civilização industrial. Sem qualquer vínculo com o pensamento de Marx e aparentemente inspirando-se na *Kriegswirtschaft*, ou seja, no sistema de controle implantado na Alemanha para enfrentar as necessidades da guerra, Lênin orientou-se, a partir de 1918, para a concepção de um sistema centralizado das decisões econômicas. Entre essas primeiras idéias e a implantação definitiva da centralização de decisões, sob a forma de um plano abrangente, decorreram dez anos. Como resultado desse processo, o Estado viria a desempenhar papel bem mais minucioso do que na experiência japonesa, pois se substituirá a grande parte das instituições tradicionais de controle social. Esgarçou-se o tênue tecido da sociedade civil, algumas de suas instituições (como os sindicatos) sendo absorvidas pelo Estado e outras (como as igrejas) submetidas a estrita tutela estatal. A centralização das decisões econômicas, aparentemente inspirada nos critérios de racionalidade que são a essência mesma da civilização industrial, colocaria problemas de organização e coordenação cuja complexidade ia muito além do que inicialmente se imaginara. Estamos em face de uma experiência histórica de transplante da civilização industrial em ruptura com os valores e o contexto institucional que produziram essa mesma civilização. A doutrina marxista, particularmente na visão que dela teve Lênin, estatuía que o quadro institucional (a superestrutura) era um epifenômeno, ou seja, um reflexo do desenvolvimento das forças produtivas. Cabia, portanto, intensificar esse desenvolvimento, se se aspirava alcançar formas superiores de organização social. Mas como liberar-se, no "período de transição", do peso que sobre a superestrutura impunha o baixo

grau de desenvolvimento das forças produtivas? Como evitar as projeções perversas no plano subjetivo do retorno ao sistema de estímulos próprio da economia de mercado? Mais ainda: como tornar efetivos esses estímulos sem ao mesmo tempo criar as condições que levam à visão individualista das relações sociais? A tarefa que se atribuíram os primeiros bolchevistas tinha portanto algo de paradoxal: instituir voluntariamente uma superestrutura inspirada em valores que correspondiam a um mundo de abundância, portanto "desalienado", e atribuir-lhe a função de administrar a penúria e dela extrair os meios para acelerar o desenvolvimento das forças produtivas. Na prática o paradoxo levou à prevalência dos meios sobre os fins. O projeto de desenvolvimento das forças produtivas tendeu a condicionar o processo social, assumindo papel similar ao da acumulação na lógica do capitalismo.

Se as duas vias de acesso à civilização industrial que vimos de referir resultaram da tomada de consciência do atraso na acumulação e da ameaça de dominação externa, a terceira pode ser considerada como um subproduto dessa dominação. Originando-se no quadro da divisão internacional do trabalho implantada a partir da Europa, ela é inicialmente indireta e, ao contrário das duas anteriores, conduz a uma situação de dependência estrutural. Os mercados em expansão, dos países europeus que se industrializavam, operaram como uma poderosa válvula de sucção, dando origem a um fluxo crescente de intercâmbio com o exterior. Ora, o acesso aos mercados em expansão da Europa teve como contrapartida a penetração dos valores materiais da civilização industrial. Os produtos exportados pelos países industrializados da Europa refletiam um grau de acumulação relativamente avançado, e os que eles importavam o baixo grau de acumulação e/ou a maior abundância de recursos naturais das demais regiões do mundo. O comércio exterior fomentava a especialização e aprofundava a divisão do trabalho, portanto ampliava o fosso entre os níveis de acumulação. Explica-se, assim, que a formidável expansão do comércio internacional, ocorrida a partir dos anos quarenta do século passado, haja assumido a forma de um intercâmbio entre produtos manufaturados e matérias-primas. A infra-estrutura desse sistema, constituída pelas linhas de navegação de longo curso, grandes canais como o do Suez e do Panamá e as redes de estradas de ferro estendidas por todos os conti-

nentes, foi financiada pelas economias industrializadas e concebida em função de seus interesses.

Desta forma, a integração nos mercados internacionais, mediante a utilização de recursos antes dedicados a atividades de baixo grau de especialização ou simplesmente ainda não incorporados aos sistemas de produção, constituía uma via de acesso, ainda que indireta, à civilização industrial. A transferência de mão-de-obra de atividades de auto-subsistência para plantações de café, de cacau, de borracha e outras, dava origem a um poder de compra nos mercados internacionais, mediante o qual certas populações passavam a ter acesso aos frutos do progresso técnico. Transplantavam-se, assim, os padrões de comportamento surgidos da civilização industrial para sociedades em que não haviam penetrado as técnicas produtivas em que assenta essa civilização. Esse acesso indireto conduziu a resultados diametralmente opostos aos produzidos pelas duas outras vias anteriormente referidas: nestas acelerava-se o desenvolvimento das forças produtivas ao mesmo tempo que se coarctavam as transformações dos padrões de consumo; na via indireta diversificavam-se os padrões de consumo na ausência quase total de evolução das técnicas produtivas. Nos primeiros dois casos, acelerava-se a acumulação com vistas a assimilar as técnicas produtivas mais sofisticadas; no terceiro caso *modernizavam-se* certos padrões de consumo e acumulava-se de preferência fora do sistema produtivo: na infra-estrutura urbana e em bens duráveis de consumo importados. À via de acesso indireta à civilização industrial deve-se a ruptura estrutural "centro-periferia" que marcaria definitivamente a evolução do capitalismo.

Os limites do "acesso indireto" não tardaram a manifestar-se, como também se manifestaram os obstáculos interpostos a toda tentativa para romper os vínculos de dependência. Os valores ideológicos surgidos com a revolução burguesa – liberalismo, individualismo, racionalismo – que haviam operado como alavancas para deslocar as velhas estruturas de dominação e promover a ascensão dos agentes sociais comprometidos com a acumulação no plano das forças produtivas, transpostos para a situação de dependência, tais valores transformaram-se em instrumento de reforço desta. Toda iniciativa visando a modificar o quadro estrutural era denunciada em nome da "boa doutrina", como irracionalidade política. A expansão da produção primário-exportadora não requeria transformações de monta nos métodos de produção, o que conduzia ao imobilismo das estruturas sociais. Em realidade, o considerável aumento do excedente reforçava, às mais das vezes, o sistema de dominação social, além de proporcionar-lhe alianças externas. Esse quadro entrou em crise não tanto pela ação de fatores endógenos das economias dependentes, mas em razão de disfunções no conjunto do sistema sob a forma de rivalidades entre Estados com projetos imperialistas, que levariam a duas grandes guerras e, entre estas, ao quase colapso do sistema de divisão internacional do trabalho. Contudo, a industrialização subseqüente das economias dependentes significou menos um abandono da "via indireta" do que uma evolução no quadro dessa forma particular de acesso à civilização industrial.

No processo histórico que conduziu à civilização industrial podemos identificar duas mutações estruturais que por sua complexidade resistem a qualquer abordagem analítica. A primeira é essa canalização do processo acumulativo para o sistema de produção, a que fizemos repetidas referências a propósito da ascensão na estrutura de poder da classe mercantil. A segunda é o aprofundamento do processo acumulativo, levando a uma maior complexidade da divisão do trabalho, particularmente em sua dimensão diacrônica. O conceito impreciso de revolução industrial refere-se a esta segunda mutação, cuja compreensão é fundamental para captar o que é específico na terceira via de acesso.

À diferença do que ocorre na acumulação tradicional (em muralhas de defesa, em templos, em palácios...) aquela que se realiza nas forças produtivas visa à captação de um excedente. Este pode decorrer da abertura de novas linhas de comércio, da descoberta de novos recursos naturais, ou do aumento da produtividade física do trabalho. Este último caso reflete a introdução de métodos mais eficazes que, por seu lado, estão ligados a uma melhor divisão do trabalho ou ao uso de melhores instrumentos. Trata-se, em realidade, de duas formas de divisão do trabalho – uma sincrônica e outra diacrônica –, que, via de regra, estão intimamente ligadas, se bem que foram as excelentes possibilidades da segunda forma que conduzi-

ram à civilização industrial. O homem que produz um instrumento de trabalho para si mesmo, tal o pescador que tece uma rede, divide o seu próprio trabalho no tempo. Aquele que utiliza instrumentos fabricados por outros homens integra com estes uma equipe de trabalho que ganha espessura no tempo e no espaço. A essa complexidade da estrutura econômica à base do uso crescente de instrumentos é que chamamos de industrialização.

A acumulação é apenas o vetor que permite, mediante a inovação, introduzir as modificações no sistema de produção e nas estruturas sociais que chamamos de desenvolvimento. Certo: existe uma interdependência entre essas modificações e o processo de acumulação; se uma parte crescente da força de trabalho se dedica à produção de equipamentos em geral – ou seja, se a divisão diacrônica do trabalho ganha em profundidade – é porque esses equipamentos permitem aumentar a produtividade física dos trabalhadores que os vão utilizar. Por outro lado, se a produção por trabalhador está aumentando, é porque a sociedade se está transformando para absorver um fluxo crescente de produtos finais. Desenvolvimento é, portanto, um processo de recriação das relações sociais que se apóia na acumulação. A partir deste ponto de observação não é difícil compreender que, se a acumulação se transforma em um fim em si mesma (quando passa a constituir a base do sistema de dominação social), o processo de criação de novas relações sociais transforma-se em simples meio para alcançá-la. A inexorabilidade do *progresso* levando à desumanização do indivíduo na civilização industrial é um desdobramento desse processo histórico.

A industrialização das economias que tiveram acesso à civilização industrial pela via indireta apresenta-se como uma evolução de suas relações internacionais, evolução essa que reflete a ação de fatores tanto externos como internos. O esforço de industrialização surge como uma resposta a tensões nas relações internacionais, mais concretamente a problemas de balança de pagamentos. As firmas importadoras ao se defrontarem com uma contração conjuntural da capacidade para importar – ou com o colapso de uma linha de exportações decorrente do surgimento de um concorrente ou de uma inovação técnica – são levadas a "economizar divisas", o que em muitos casos se traduz em instalação de atividades industriais

complementares das importações. Assim, passa-se da importação do tecido à do fio, da do automóvel armado à do desarmado, à "nacionalização" da produção deste. Esse processo se desdobra em dois planos: o da criação de atividades industriais locais e o da modificação da composição das importações, as quais tendem a ser de substituição cada vez mais difícil (em razão das limitações impostas pela base de recursos naturais) e/ou mais "nobres", no sentido de corresponder a um grau mais avançado no processo global de industrialização. Parte crescente das novas importações (de bens, serviços técnicos e serviços financeiros) tendem a ser operações internas das empresas transnacionais. Destarte, os dois planos referidos são interdependentes: a rigidez da capacidade de pagamentos no exterior engendra a industrialização e ao mesmo tempo impõe-lhe limites. Quando, numa fase mais avançada, a indústria local surgida no quadro da dependência é chamada a gerar parte da capacidade de pagamentos no exterior (sem o que seu crescimento dificilmente poderia prosseguir), o acesso aos mercados externos passa a definir os limites da industrialização interna. Também este processo conduz a um reforçamento da posição das firmas transnacionais.

Mas é na evolução das estruturas sociais internas que se vê com clareza a especificidade da industrialização dependente. Sua estreita vinculação com o comércio exterior somente pode ser percebida em toda sua complexidade se se tem em conta que a ela corresponde um importante papel na reprodução dos setores sociais que tiveram acesso, ainda que por via indireta, aos valores materiais da civilização industrial. Esta a razão pela qual essa industrialização tem como eixo o fluxo de importações, sendo de menor relevância as suas vinculações com o sistema preexistente de forças produtivas. A rigor, ela representa um posto avançado ou uma prolongação dos sistemas de forças produtivas localizados no exterior, nos quais se origina o fluxo de importações. Essa vinculação estrutural com o exterior apresenta-se com toda transparência no caso das indústrias de empacotamento de produtos farmacêuticos, de montagem de aparelhos e outras nas quais os agentes locais têm apenas uma vaga idéia do que estão produzindo. Mas, mesmo nos casos em que se imagina que a indústria foi totalmente "nacionalizada", os agentes locais integram-se numa equipe estruturada no tempo e no espaço, cabendo as tarefas mais "nobres" de fabricação

dos equipamentos e de concepção destes e dos produtos finais a outros agentes localizados no exterior.

No quadro da industrialização dependente, o fator determinante da tecnologia utilizada é o grau de diversificação da demanda (a natureza dos produtos finais) gerada pelos grupos sociais que tiveram acesso indireto à civilização industrial. As implicações deste fato são consideráveis, pois o que chamamos tecnologia não é outra coisa senão o conjunto de transformações no sistema produtivo e nas relações sociais que têm na acumulação o seu vetor. Como o acesso indireto à civilização industrial significou a introdução dessas transformações ao nível da demanda final (sob a forma de modernização), o processo de industrialização assumirá a forma de um esforço de adaptação do aparelho produtivo a essa demanda sofisticada, o que o desvincula do sistema de forças produtivas preexistente. Surge assim um subsistema produtivo de alta densidade de capital, que não corresponde ao nível de acumulação alcançado no conjunto da sociedade, com fraca capacidade de geração direta de emprego. Como o referido subsistema permanece estruturalmente ligado a economias não somente mais avançadas na acumulação mas também em permanente expansão, os vínculos de dependência tendem a reproduzir-se.

III

Emergência e difusão da civilização industrial (II)

Em páginas anteriores demos ênfase ao fato de que, se a emergência da civilização industrial somente pode ser compreendida no quadro da história social européia, a difusão planetária de seus valores – inclusive os ideais de *modernidade*, que conduzem a um horizonte em expansão de "necessidades" materiais – assumiu formas várias e conduziu a estruturações sociais amplamente diversas. No gênero civilização industrial o que é comum a todas as espécies é a canalização do processo acumulativo para o sistema de produção e a difusão dos critérios de racionalidade instrumental, que conduzem à preeminência da idéia de produtividade, à primazia do sistema de incitações materiais, à busca exacerbada da diversificação da produção. O sistema de incitações, inerente ao gênero, é inseparável de formas de comportamento que tendem a acentuar as desigualdades de níveis de patrimônio e de renda, com reflexos na estrutura de dominação social. Independentemente do contexto cultural, por todas as partes as estruturas de poder tenderam a apoiar-se no proces-

so de acumulação, para reproduzir-se e para legitimar-se. O aprofundamento da divisão social do trabalho – sincrônica e diacrônica – produz um tecido de relações econômicas cada vez mais compacto, conduzindo à centralização de decisões e levando ao gigantismo das empresas e do Estado.

Mas não devemos perder de vista as dessemelhanças das sociedades surgidas da difusão da civilização industrial. Qualquer tipologia, neste caso, tende a ser drasticamente simplificadora. A primeira via de acesso, a que fizemos referência no capítulo precedente, caracteriza-se pelo papel central que nela desempenha o Estado. Ora, esse Estado pode estar sob o controle de um segmento "modernizante" das estruturas tradicionais de dominação social ou sob a influência de grupos empenhados em reconstruir em sua totalidade essas estruturas. Fatores históricos, responsáveis pela modelagem das instituições preexistentes, foram muitas vezes decisivos. Assim, a rápida penetração da civilização industrial na Rússia, nos três decênios que precederam à primeira guerra mundial, esteve intimamente ligada a iniciativas do Estado, que via sua posição imperial ameaçada por uma Alemanha cuja industrialização deslocava o equilíbrio de forças na Europa. A penetração do capitalismo em certas áreas ocidentais que haviam preservado sua identidade cultural criava forças centrífugas ameaçadoras da unidade do império czarista. Fatores políticos – inclusive a possibilidade de obtenção de importantes recursos financeiros em países da Europa ocidental, que igualmente se sentiam ameaçados pela expansão industrial alemã – estão no centro do ingente esforço de industrialização realizado no referido período. Na era soviética esse processo foi retomado e acelerado, assumindo o Estado responsabilidades ainda mais amplas e profundas. Nos dois casos, a implantação da civilização industrial, longe de refletir uma prévia evolução das forças produtivas, decorria da tomada de consciência do "atraso" em que se encontravam essas forças. A expansão territorial russa, ocorrida um século depois da espanhola, tivera com esta muitos pontos em comum: o excedente extraído das regiões dominadas serviu para reforçar o Estado e financiar guerras que pesavam sobre o conjunto da coletividade. O considerável crescimento do estamento burocrático desviou a acumulação para setores não-produtivos e freou a ascensão da burguesia nas estruturas de poder. A injeção de excedente adicional não seria suficiente para acelerar o desenvolvimento das forças produtivas, na ausência de uma evolução significativa nas estruturas de dominação social.

No caso do acesso indireto à civilização industrial, a natureza da inserção no sistema de divisão internacional do trabalho passa a ser o fator determinante da estruturação social. É possível que essa inserção haja assumido a forma de implantação de "enclaves" agrícolas ou mineiros, controlados do exterior: as transformações sociais são mínimas e o processo de *modernização* faz-se sob o controle estrito das estruturas de dominação tradicionais. Mas também é possível que, em razão da prevalência do regime familial na exploração agrícola, a passagem da agricultura de subsistência para a comercial afete a massa da população rural, tanto em seus hábitos de consumo como em suas técnicas de produção. A integração da população nos circuitos comerciais também leva a resultados diversos, conforme sejam mais ou menos raros os recursos de terra a que tem acesso essa população. Em síntese: fatores institucionais – controle do acesso à terra por uma minoria, ou prevalência da organização familial –, ou de ordem ecológica – maior ou menor pressão sobre os recursos naturais ao nível da técnica prevalente – contribuirão decisivamente para moldar o perfil social através da inserção no sistema de divisão internacional do trabalho. Esse perfil social projetar-se-á nas estruturas de dominação e no processo subseqüente de interação no quadro da dependência. As estruturas sociais que se definem nesta fase de acesso indireto à civilização industrial tendem a reproduzir-se no período ulterior de industrialização, independentemente do papel que desempenhe o Estado na promoção desta. À diferença do primeiro caso, em que os fatores políticos preponderam, neste segundo cabe a fatores sócio-econômicos o peso decisivo. Muitos observadores pretenderam identificar nessas transformações sociais a "revolução burguesa" da periferia. Mas se as observamos de ângulo mais geral não podemos deixar de reconhecer que o espaço em que elas ocorrem está rigidamente delimitado pela dependência externa.

Não obstante a grande disparidade nos níveis de acumulação e no grau de homogeneização interna dos padrões de consumo, dificilmente se poderia negar a existência de traços comuns a todas as sociedades em que se implantou a civilização industrial. Em toda

parte ocorre o mesmo processo de transformação do conjunto da população em *força de trabalho* e a imposição de padrões de estrita disciplina social orientada para a eficiência no trabalho. A urbanização moderna é mais um enquadramento espacial da população, para assegurar a regularidade no trabalho, do que a expressão de uma nova forma de convivência social. Na medida em que as normas de trabalho são controladas por meios mecânicos, aumenta a tensão a que é submetido o trabalhador. Em conseqüência, tarefas aparentemente simples, como as do trabalho em cadeia, são de elevado custo em termos de energia nervosa. A redução da jornada de trabalho reflete o reconhecimento dessa sobrecarga nervosa imposta à massa da população trabalhadora e da crescente absorção de tempo em transporte urbano diário para alcançar o local de trabalho.

O aumento da produtividade, que acompanha a acumulação, longe de liberar tempo aos membros da sociedade para outras formas de atividade traduz-se em ampliação de potencial de *força de trabalho*. Assim, a incorporação das mulheres ao mercado de trabalho repercute na organização da família, cujas outras funções são drasticamente simplificadas. Como o processo de reprodução da população continua a realizar-se essencialmente no âmbito dessa família, no novo sistema de divisão social do trabalho o peso que recai sobre as mulheres tende a ser considerável, o que lhes cerceia o avanço profissional e lhes circunscreve o campo de atuação social. A igualdade de oportunidade, outorgada formalmente às mulheres em estruturas sociais que impedem a consecução desse objetivo, engendra formas de tensão social que são comuns a todas as sociedades em que se implantou a civilização industrial. O exíguo espaço da família reduzida, no qual se manifestam os efeitos de muitas dessas tensões, degrada-se como instrumento de transmissão da herança cultural e de relacionamento entre gerações. As divergências na visão do mundo entre sexos e entre gerações tendem, em conseqüência, a assumir importância crescente nessas sociedades.

O processo de acumulação é o eixo em torno do qual evolui não somente a economia capitalista mas o conjunto das relações sociais em todas as sociedades em que se implantou a civilização industrial. A continuidade desse processo requer permanente transformação dos estilos de vida, no sentido da diversificação e sofisticação. Daí que haja surgido toda uma panóplia de técnicas sociais visando a condicionar a "massa de consumidores", cujas "necessidades" são programadas em função dos respectivos níveis de renda, idades, disponibilidades de tempo "ocioso", etc. A discriminação de preços, que permite compartimentar o mercado em função da renda dos consumidores, corresponde de alguma forma a níveis diversos de custos reais, seja causados pelos maiores gastos de propaganda, de apresentação, de atendimento subseqüente, seja também pelos maiores gastos em "pesquisa e desenvolvimento" e pela produção em escala reduzida dos artigos de "prestígio". O produto vendido na rua do Faubourg-St.-Honoré ou na Quinta Avenida tem um custo social maior do que outro que satisfaz a mesma necessidade mas é apresentado num mercado de subúrbio. Por trás desse maior custo social existe um mais alto nível de acumulação. É perfeitamente claro que quando um produto "sofisticado" se difunde já não será produzido em escala subótima, já não requererá tanta acumulação: terá sofrido uma mudança substantiva. Portanto, o processo de acumulação tem na discriminação entre consumidores uma de suas alavancas mestras. Difundir padrões de consumo, antes reservados a uma minoria, também abre a porta a possibilidades de acumulação. Mas é a discriminação entre consumidores que permite ao sistema de incentivos alcançar sua máxima eficácia.

Posto que o acesso aos produtos mais "sofisticados" está restringido à minoria de alta renda, o processo de ascensão social tende a confundir-se com a subida na escala de diversificação do consumo. Mas, se a lógica da acumulação leva a deslocar toda a escala para cima, a passagem ao degrau superior tende a ser aparente. A reprodução das desigualdades é, portanto, a contraface da eficiência do sistema de estímulos. O fluxo de inovações na esfera do consumo torna fictícia a ascensão social, mas a difusão de certas inovações permite que se diversifiquem os padrões de consumo da grande maioria da população. A interdependência entre o sistema de estímulos, que opera ao nível dos indivíduos, e o fluxo de inovações, que estimula a acumulação, faz que a civilização industrial tenda implacavelmente a manter a sociedade estratificada em função de padrões de consumo.

A evidência histórica deixa pouca dúvida sobre o fato de que um processo de acumulação intenso somente é alcançado mediante

estrita disciplina social. O caminho de acesso a esta passa pela coação, pelo uso de estímulos criados pelo próprio sistema econômico, ou pela existência de motivações morais geradas por uma situação histórica particular. Na expansão marítima portuguesa – exemplo clássico de acumulação – as motivações morais desempenharam papel decisivo: uma pequena nação procurava sobreviver em face de poderoso vizinho que completava a reconquista do próprio território. Mas a exploração subseqüente das novas rotas marítimas baseou-se estritamente em incentivos criados pelo próprio sistema econômico. A acumulação fora do sistema econômico – construção de pirâmides, de catedrais, pesquisa científica pura – pode apoiar-se em uma disciplina social obtida por diversos meios: trabalho forçado, zelo religioso, prestígio social. Mas na atividade de natureza propriamente econômica a simples coação é de escassa valia e, via de regra, os objetivos finais são perdidos de vista pela maioria daqueles que dela participam. Mais indiretos esses objetivos, mais difícil se torna obter a disciplina social sem criar um outro conjunto de *objetivos*, diretamente ligados aos interesses pessoais dos que trabalham. Ora, esses incentivos amarrados aos interesses individuais encontram uma fórmula eficaz no sistema de ascensão social fictícia: no horizonte de "necessidades" a satisfazer que se distancia sempre. Compreende-se, portanto, que as experiências históricas de aceleração voluntarista da acumulação hajam tendido a utilizar os caminhos já abertos pelas economias capitalistas industrializadas, e que a civilização industrial haja permanecido em essência uma só.

As tentativas de ruptura dessa cadeia causal têm desembocado na debilitação do processo acumulativo. Ora, uma civilização fundada em um desenvolvimento das forças produtivas menor do que o já alcançado pelo mundo capitalista dificilmente teria acesso à tecnologia militar de que dispõe este, sendo portanto escassas suas possibilidades de sobrevivência na fase atual de expansão da civilização industrial. A história chinesa do decênio da revolução cultural trouxe novas águas para o moinho dessa temática. Aparentemente foi adotada na China, nesse período crucial da história moderna, uma política de redução do ritmo da acumulação, ao mesmo tempo que se fazia intenso apelo a incentivos morais em setores em que uma rápida acumulação era julgada imprescindível, como o do petróleo e o da energia nuclear. Também se fez considerável esforço

para enquadrar a população num sistema de defesa que requeria um nível modesto de acumulação. Tudo leva a crer, entretanto, que o atraso técnico que se ia acumulando em decorrência dessa política despertou crescentes preocupações, particularmente nos círculos responsáveis pela segurança externa. A mudança de orientação, primeiro no plano internacional e posteriormente no plano interno, não terá sido estranha a essas preocupações.

A idéia de *desenvolvimento*, referindo-se a uma sociedade, comporta, sabidamente, toda uma gama de ambigüidades. De um ponto de vista descritivo, ela se refere ao conjunto de transformações nas estruturas sociais e nas formas de comportamento que acompanham a acumulação no sistema de produção. Descreve-se, assim, o processo cultural e histórico cuja dinâmica se apóia na inovação técnica (fundada na experiência empírica ou em conhecimentos científicos), posta a serviço de um sistema de dominação social. A primitiva ideologia liberal formou o seu discurso com elementos da filosofia naturalística que se impôs de forma avassaladora no século subseqüente à publicação dos *Principia* de Newton. Os indivíduos, orientados pela lei do menor esforço (expressão da razão inerente à natureza humana) e impulsionados pelo desejo de melhorar o próprio bem-estar, produziria coletivamente um sistema de forças sociais cuja adequada canalização institucional assegurava o *progresso*. Essa ideologia, ao pretender que os processos sociais são essencialmente racionais – admite-se que os homens são dotados de *sentido comum* e calculam as vantagens e desvantagens de cada decisão que tomam –, abriu a porta a uma vaga de utopismo sem par na história. Se o homem pauta o seu comportamento por critérios racionais, o problema está em criar um quadro institucional que compatibilize o interesse coletivo com o senso comum dos indivíduos. Graccus Babeuf, por exemplo, em plena revolução francesa, concebeu um sistema de organização social totalmente racional: nele tudo estava previsto e controlado, sendo o homem *necessariamente* feliz. Felicidade maravilhosa, dizia ele, antes de ser guilhotinado, pelo fato de ser invariável. Esta seria a forma de assegurar a liberdade do homem: levar à plenitude o desenvolvimento de suas faculdades racionais.

Mas se os utopistas estavam empenhados em explorar o campo do imaginável em matéria de organização social, os autênticos ideólogos liberais tinham as suas vistas voltadas para o desmantelamento das estruturas de poder que freavam a ação da classe mercantil e limitavam as possibilidades de acumulação. O objetivo central era criar o espaço necessário à livre ação da classe que fundava na acumulação seu prestígio e poder. Destarte, a reorientação e intensificação da acumulação não eram simples resultantes da ação de forças sociais guiadas pelo senso comum: estavam condicionadas pela lógica implícita no projeto de dominação social da classe mercantil. Essa lógica conduziu inicialmente à deslocação das estruturas tradicionais de poder e, ulteriormente, à tutela das forças sociais engendradas pelas novas formas de acumulação.

Em face do horizonte de opções que a acumulação engendra, os grupos dirigentes procuram os caminhos que conduzem à reprodução do sistema de dominação social. Na fase da revolução burguesa, mais do que reprodução, tratou-se de desmantelar o quadro institucional preexistente. No período subseqüente, a principal preocupação giraria em torno da institucionalização dos conflitos sociais resultantes do rápido desenvolvimento das forças produtivas. Negatividade dialética do projeto de transformação social, as forças responsáveis por esse conflitos pressionariam no sentido de reduzir as desigualdades sociais, cabendo-lhes papel fundamental na configuração da sociedade que emergiria com a civilização industrial. Com efeito: é da atuação dessas forças que resulta a deslocação para cima de toda a escala de posições sociais a que antes nos referimos. Mas a luta pela redução das desigualdades sociais, que inflamaria a imaginação dos grandes utopistas, conduziria apenas a formas mais diversificadas de consumo: ampliam-se os mercados, sem que as estruturas sociais em que se funda o sistema de poder sejam afetadas.

Se se traduz aumento nos gastos de consumo e diversificação deste por *elevação do nível de vida*, reintroduz-se na idéia de desenvolvimento o critério valorativo de progresso no bem-estar social. Mas não se deve perder de vista que essa evolução do consumo é um subproduto do processo de reprodução das desigualdades sociais e exclui outras formas de elevação do nível de vida, concebíveis em função de outros projetos de transformação social. A percepção dessa problemática, a partir de uma consciência crítica fundada na prática do *desenvolvimento*, está por trás de grande parte dos movimentos políticos contemporâneos nos países em que mais avançou o processo de acumulação: as lutas contra a poluição, contra o desperdício de recursos não-renováveis, a defesa do patrimônio cultural, a rejeição do consumismo. Esses movimentos têm em comum o fato de que pretendem explicitar um conjunto de *fins*, a partir de uma visão global da sociedade. Por essa forma identificam-se novos planos de convergência de interesses de grupos que a estratificação social tende a isolar ou mesmo colocar em posições antagônicas. Menos do que uma "colaboração de classes" (estas mantêm sua identidade e dinâmica próprias enquanto grupos em luta), trata-se da descoberta de novas áreas de ação política em que o traço comum é o antagonismo à preeminência da lógica dos meios. A essa elevação da consciência crítica, com respeito ao projeto social implícito na acumulação, deve-se a primeira contestação substantiva da civilização industrial surgida nos países que a engendraram e lideram.

A idéia de desenvolvimento comporta ambigüidades ainda maiores quando a consideramos no quadro da difusão da civilização industrial. Em muitas regiões a *modernização* também significou *ocidentalização*, ou seja, o deperecimento de sistemas de cultura cujos valores nem sempre encontravam adequados substitutivos. Mesmo quando a transplantação resultou de um projeto executado sob a égide do Estado, como no caso do Japão da Restauração Meiji, o resultado final afastou-se suficientemente do modelo original para invalidar toda tentativa de apreciação com base nos conceitos derivados da história européia. O grupo aristocrático que assumiu o controle do Estado japonês pela metade do século passado teve em vista objetivos essencialmente políticos: criar as bases de um poder nacional capaz de preservar a independência do país face à ofensiva imperialista da era vitoriana. Esse projeto logo se desdobrou noutro visando a criar uma "esfera de influência", o que levou à guerra com a China no último decênio do século passado e com a Rússia no primeiro deste século. Assim, desde seus começos a industrialização foi posta a serviço da criação de um poder militar moderno, mantendo-se os níveis de consumo sob estrito controle. Mais precisamente: parte considerável do excedente, que antes era

absorvido pelo consumo suntuário de uma classe privilegiada, foi canalizada para a transformação e expansão do sistema de produção via inserção no comércio internacional. A consciência da ameaça externa, que se espelhava nas relações dos países ocidentais com o sudeste asiático e a China, apontando para a destruição de uma tradição cultural em que se fundava a identidade japonesa, contribuiu para unir a população e fazê-la aceitar prolongados sacrifícios. A exploração ideológica das vitórias militares levaria ao paroxismo o sentimento de dependência dos indivíduos com respeito às instituições de tutela social, produzindo-se um quadro de disciplina social em profundo contraste com as sociedades que emergiram da revolução burguesa.

O excepcionalmente rápido processo de acumulação que ocorreu no Japão está marcado por essas peculiaridades do quadro histórico nacional. O dinamismo do sistema econômico reflete em primeiro lugar a *performance* das empresas no exterior. Por muito tempo, do exterior veio o essencial da tecnologia e do exterior continua a vir o principal das matérias-primas, das fontes de energia, dos alimentos de que vive a população. Carecendo dos meios de ação, que outras nações industrializadas derivam da influência política e cultural para controlar fontes alienígenas de matérias-primas, por muito tempo o Japão teve que limitar-se ao uso de instrumentos puramente comerciais para atuar internacionalmente. A capacidade competitiva externa, contrapartida da disciplina social interna, é o elemento dinamizador do sistema econômico e também a garantia de reprodução do sistema de dominação social. As relações externas assumiram a forma de luta implacável contra adversários que dispõem de panóplia mais rica, e exige grande esforço na frente tecnológica, o qual tende a beneficiar direta ou indiretamente o conjunto das atividades produtivas. O crescimento do mercado interno é muito mais uma conseqüência desse dinamismo tecnológico do que fruto dos antagonismos sociais próprios da sociedade capitalista. Desta perspectiva vê-se com clareza que, no Japão, *desenvolvimento* significou a assimilação dos valores materiais da civilização industrial em função de um projeto de afirmação nacional. As estruturas sociais evoluíram sem ruptura do quadro tradicional de dominação, o que explica como a empresa típica japonesa é fundamentalmente distinta da empresa capitalista ocidental. O sistema

de incentivos dirige-se mais à equipe do que ao indivíduo, o que permite à empresa assegurar parte das funções de integração social que vão perdendo outras instituições, como a família. Posto que a função motora na economia japonesa é exercida pelas relações externas, é natural que o desenvolvimento da técnica aí esteja a serviço da competição internacional. O mercado interno ocupa uma posição ancilar: consome-se hoje o que se exportou ontem ou anteontem. É esta a trilha que dá acesso a uma posição de vanguarda na civilização industrial sem pôr em risco a estrutura de dominação social.

A responsabilidade do Estado no processo de acumulação ainda foi mais ampla e profunda na experiência soviética. Neste caso o projeto dos grupos dirigentes assumiu progressivamente a forma de mudança voluntarista da estrutura do sistema produtivo existente, de forma a tornar viável uma acumulação mais rápida. Se se amplia em termos relativos a capacidade do setor que produz diretamente para a acumulação, o ritmo desta poderá evidentemente ser intensificado. No Japão a acumulação foi intensificada, na fase inicial, pela transformação de parte dos bens de consumo em bens de capital mediante o comércio internacional. Na União Soviética marchou-se diretamente para uma mudança na estrutura do sistema produtivo, inscrevendo-se nesta um elevado ritmo de acumulação. Como o setor produtor de bens de capital estava totalmente concebido em função do mercado interno, a manutenção de um elevado ritmo de acumulação passou a ser a lei reguladora do funcionamento da economia soviética. Ora, quanto maior é o esforço de acumulação nas forças produtivas – relativamente à disponibilidade de bens e em termos de persistência no tempo –, maiores serão as dificuldades para operar o conjunto da economia, pois o sistema de incentivos alimenta-se da oferta de bens de consumo. Explica-se, assim, o apelo à disciplina compulsória, particularmente no setor agrícola, onde se concentravam três quartas partes da força de trabalho.

À semelhança do caso japonês, o Estado soviético confrontou-se desde o início com a necessidade de dotar-se de um moderno escudo militar. Demais, a panóplia militar teve de ser produzida internamente em sua quase integralidade, em razão do desafio que a experiência social soviética representava para o mundo capitalista. Disso resultou não somente a esterilização de parcela importante

do excedente, mas também uma certa orientação à absorção do progresso tecnológico.

O duplo processo de transformação da estrutura do sistema de produção e de criação de um moderno sistema de defesa convergiram em seus efeitos para reduzir a disponibilidade de bens de consumo, restringindo assim o escopo do sistema de incentivos. Demais, inexistia a luta sem quartel no *front* das exportações, em que se empenhavam as empresas japonesas, bem como o acicate dos conflitos sociais e da concorrência entre empresas que são a lei do capitalismo. Os dirigentes soviéticos pretenderam fazer face à penúria do sistema de incentivos e à ausência de outros fatores de dinamização da economia com a planificação centralizada, que viria a se constituir numa das técnicas sociais mais ambiciosas e controvertidas que a seu serviço tem a civilização industrial.

Com a planificação centralizada aplicam-se ao conjunto de uma economia nacional muitos dos critérios de racionalidade que utilizam internacionalmente as grandes empresas. Por esse meio torna-se possível eliminar grande parte das redundâncias de capacidade produtiva que existem naturalmente em um sistema descentralizado: os planos de produção das empresas são compatibilizados *ex-ante* no órgão central de decisões. As imobilizações de estoques podem ser consideravelmente reduzidas, bem como as incertezas que na economia de mercado resultam do controle da informação pelas empresas como instrumento de poder. O órgão planificador central deveria funcionar como uma Inteligência Artificial capacitada para prever as conseqüências, em todos os estágios do processo produtivo, de qualquer decisão relacionada com a destinação final do produto em determinado período de tempo. Ter-se-ia assim alcançado o objetivo de uma sociedade perfeitamente racional no que respeita à utilização dos meios de produção. Não é sem razão que os soviéticos viram sempre em Babeuf um dos grandes antecipadores da obra que realizaram. Ocorre, entretanto, que os critérios de racionalidade, que estão na base da planificação centralizada, aplicam-se tão-somente a certos aspectos da vida social: introduzem uma disciplina ao nível da atividade setorial e permitem compatibilizar o comportamento de grandes agregados sociais. Mas não seria possível estendê-los ao nível do comportamento individual, a menos que se parta da hipótese babeufiana de que o homem se adaptaria – e seria feliz – numa sociedade invariável. Fora dessa hipótese, faz-se necessário abrir um horizonte de opções ao indivíduo, e já não será possível definir um conjunto de objetivos, a serem alcançados pelo sistema econômico, que tornem compatíveis os comportamentos *possíveis* de todos os membros da coletividade. Uma das funções do sistema de incentivos é exatamente reduzir a imprevisibilidade do comportamento individual: reintroduz-se assim o problema da antinomia entre intensificar a acumulação e obter dos indivíduos a disciplina social necessária à eficácia operativa.

Na medida em que as referidas antinomias dão origem a antagonismos sociais, os critérios de autoridade tendem a prevalecer, assumindo o estamento burocrático o papel de mentor do projeto político ordenador das transformações sociais permitidas pela acumulação. Corre-se, assim, o risco de subordinar um conjunto crescente de atividades sociais à lógica do aparelho planificador, passando os meios a comandar os fins. A área da vida social que não está *programada* tende a ser considerada como residual, devendo de alguma forma ser penalizada, progressivamente restringida. Os critérios estritamente quantitativos tendem portanto a impor-se, o que não deixará de ter efeitos negativos no sistema de incentivos.

Certo, a planificação centralizada demonstraria ser de extraordinária eficácia quando se tratava de modificar a estrutura do aparelho produtivo, de corrigir insuficiências setoriais ou desequilíbrios gerados pela forma de inserção no sistema de divisão internacional do trabalho. Demais, ela permitiu explicitar um conjunto de objetivos em torno de cuja consecução a coletividade seria mobilizada. Contudo, esses mesmos êxitos, alcançados ao nível da reconstrução estrutural, contribuiriam para embaçar ou minimizar os problemas de fundo, engendrados pelo imobilismo social que ia medrando à sombra do alastramento do autoritarismo. A reação contra esse imobilismo, tardia e relutante, levaria a um uso discriminativo dos incentivos materiais, privilegiando setores considerados "estratégicos", o que teria como contrapartida o reforçamento dos meios coercitivos em outros e finalmente a proliferação de atividades econômicas "paralelas".

Reconhecida a inviabilidade de submeter o conjunto das atividades produtivas à lógica de uma Inteligência Artificial, estava aberta a porta para a penetração progressiva dos incentivos mate-

riais, os quais surgiam como única opção à disciplina compulsória. Superada a fase de reconstrução estrutural e de edificação do escudo militar, a acumulação foi sendo progressivamente orientada para outros objetivos, cuja coerência era derivada do sistema de incentivos materiais, o que levava a transferir no tempo o objetivo estratégico inicial de construção de uma sociedade crescentemente igualitária. Com efeito: uma vez que se concebe o *desenvolvimento* como acumulação subordinada à lógica de um sistema de incentivos materiais – portanto no quadro de desigualdades de níveis de consumo que se reproduzem – o caminho mais curto para alcançá-lo é transplantar a civilização material já existente nos países capitalistas. Se se definem novos objetivos sociais para enquadrar a acumulação, como estar seguro de que os mesmos são traduzíveis em termos de incentivos, vale dizer, são compatíveis com a disciplina social requerida para assegurar a eficiência? Os objetivos que servem de moldura ao plano teriam de fundar-se, seja em certa idéia do homem e da sociedade, seja na experiência histórica. No primeiro caso surge o risco de deslizar num utopismo à la Babeuf, mesmo que este se paramente de ouropéis eletrônicos. No segundo, o de buscar a linha de menor resistência dos países que mantêm a vanguarda da acumulação: entrar na lógica da difusão da civilização industrial. A descoberta de uma "lei econômica objetiva do desenvolvimento planificado e proporcional da economia nacional", que Stalin imaginou ser a sua grande contribuição à teoria do socialismo, continua tão inconsistente e fugidia como o flogisto dos alquimistas.

A idéia de desenvolvimento tem sido referida de preferência ao processo de difusão da civilização industrial no quadro da dependência externa, caso em que mais difícil se faz precisar seu significado, se a despimos das conotações ideológicas correntes. Com efeito: o acesso indireto à civilização industrial – ponto de partida das relações de dependência – reflete-se de forma significativa no conteúdo do processo acumulativo, que está longe de confundir-se, conforme assinalamos, com o desenvolvimento das forças produtivas. A diversificação do consumo, inerente à evolução da civilização industrial, segue aproximadamente a linha ascendente da maior acumu-

lação em bens finais que estão sob controle direto da população. Assim, na medida em que a acumulação avança, maior é a fração dela constituída de bens duráveis de consumo (incluindo entre estes as residências) e de bens finais de uso coletivo como as estruturas urbanas.

A assimilação indireta da civilização industrial consiste exatamente em financiar essas formas de acumulação, implícitas na "modernização" dos estilos de vida, com um excedente extraído de exportações originárias de uma agricultura extensiva ou da alienação de recursos não-renováveis. Um país como o Uruguai pôde instalar-se plenamente na civilização industrial – chegando a ostentar um grau de diversificação do consumo semelhante ao das nações mais avançadas no desenvolvimento das forças produtivas – graças à abundância relativa de pastos naturais em que mantinha uma pecuária extensiva. Uma vez utilizada a totalidade desses pastos, o excedente por habitante teria de declinar, a menos que a população permanecesse estacionária. Mais precisamente: posto que os estilos de vida importados requeriam crescente acumulação ao nível dos bens finais, mesmo com uma população estacionária esse país não teria condições para acompanhar a evolução da civilização material a que tivera acesso indiretamente. Toda tentativa visando a retomar o processo de expansão do excedente pressupunha modificações na estrutura da acumulação, em detrimento do padrão de vida de importantes grupos de população, o que teria necessariamente de suscitar fortes resistências. Este caso, sendo extremo, não deixa de ter valor ilustrativo, pois desnuda o fundo de um problema que é comum a todos os países que enveredaram pelo acesso indireto à civilização industrial. Assim, não foram pequenas as dificuldades com que se defrontou Cuba, após a estagnação da produção açucareira a partir dos anos vinte, em seguida ao período explosivo de modernização dos dois primeiros decênios do século. O Chile, que financiou uma precoce urbanização e uma flamante modernização com um excedente extraído de exportações de salitre e cobre, também enfrentou enormes obstáculos quando tentou reorientar o processo acumulativo. A acumulação fora do sistema produtivo de que se dotou a Venezuela, graças ao excedente proporcionado pelas exportações de petróleo, é certamente das mais elevadas do mundo. O

custo de reprodução da infra-estrutura física desse país e do estoque de bens duráveis de consumo que nele existe, absorve parcela substancial do excedente, o que explica a taxa de crescimento relativamente modesta da economia venezuelana, sem embargo do formidável fluxo de recursos que proporciona o petróleo.

A observação das estruturas sociais põe de manifesto alguns dos aspectos de mais relevo dos problemas que vimos de referir. A dependência pode ser imposta pela violência, assumindo a forma de pilhagem dos recursos locais. Mas a experiência histórica demonstrou sobejamente que neste caso, pelo fato mesmo de que o excedente permanece em sua quase totalidade no exterior, a difusão da civilização industrial é muito lenta ou mesmo se frustra totalmente. Na situação que tendeu a prevalecer ocorre uma aliança de parte das elites locais com interesses forâneos, o que permite a retenção pelas primeiras de uma parcela do excedente, ponto de partida do mercado de importações que será o mecanismo de transmissão dos novos valores materiais. Com a modificação das formas de vida, amplia-se a área de ação dos grupos que se beneficiam do novo excedente. O setor primário-exportador pode aumentar o faturamento mediante tratamento industrial do que produz. Também certas importações podem prolongar-se em atividades industriais complementares, com economia de custos de transportes, seguros e estocagem, e melhor competir com um artesanato preexistente. O setor financeiro será igualmente levado a expandir-se. Mas todas essas atividades serão desdobramentos, em graus diversos, do setor primário-exportador. Assim, a rentabilidade de qualquer atividade econômica na Venezuela depende do excedente gerado pelas exportações de petróleo, de onde saem os recursos para subsidiar a importação de alimentos e de produtos intermediários usados pela agricultura e indústria locais.

Sem embargo de que as principais atividades econômicas continuam de uma ou outra forma ligadas ao setor primário-exportador, a classe que se beneficia do excedente tende a diferenciar-se e a estrutura do sistema de poder a ganhar em complexidade. Uma contração do excedente de maiores proporções, como a ocorrida após a crise de 1929, criou ou aprofundou antagonismos entre grupos dirigentes nos países latino-americanos que haviam alcançado um maior grau de diversificação de suas economias. Mais

recentemente, no Uruguai a contração do excedente acirrou os antagonismos entre os grupos que dele se beneficiam e pôs em marcha um trágico processo de autofagia. Por outro lado, com a urbanização surge um amplo assalariado, em grande parte ligado a atividades terciárias. Quando não existe um reservatório de mão-de-obra formado por atividades de subsistência – caso excepcional mas que ocorreu no Uruguai – o salário médio tende a crescer independentemente de que haja ou não aumentos na produtividade média, o que significa que uma parte do excedente está sendo absorvida por grupos de assalariados com maior poder. Não sendo acompanhado de diversificação do sistema produtivo interno, esse processo conduz a maior pressão sobre a balança de pagamentos e produz uma inflexibilidade adicional na estrutura social.

A brutalidade de uma crise que desorganizou por muitos anos o setor dinâmico das economias latino-americanas e reduziu à metade o volume de suas importações trouxe à tona possibilidades evolutivas que escapavam à visão do mundo dos grupos dominantes dos respectivos países. Com efeito: a expansão das atividades industriais que se observa no Brasil nos anos imediatos à crise do setor primário-exportador deixa pouca dúvida sobre o fato de que o desenvolvimento do mercado interno havia sido consideravelmente retardardo pela incapacidade dos grupos dirigentes de colocar-se à altura das reais possibilidades do país. O Estado, que em outras partes fora utilizado para provocar mutações no processo de acumulação, no sentido de dotar o país de um sistema industrial essencialmente apoiado sobre o mercado interno, permanecia a serviço da reprodução do quadro da dependência. Foi necessário que as circunstâncias históricas bloqueassem todos os caminhos que reconduziam ao passado – a insistência em produzir café levará à queima de oitenta milhões de sacos – para que se vislumbrassem saídas para o futuro. Mas, o esforço para dotar o país de uma autêntica infra-estrutura industrial – capaz de articular o conjunto das atividades econômicas em torno de centros autônomos de decisão – seria modesto em suas pretensões e chegava tarde para romper as amarras da dependência.

A industrialização tardia, subseqüente a um processo de implantação indireta da civilização industrial, apresenta particularidades hoje amplamente reconhecidas. Os vínculos com o exterior

do mercado preexistente favorecem o controle da produção local por filiais ou subsidiárias das empresas que antes supriam esse mercado com exportações. A dupla inserção da firma local – na economia do país em que se localiza e no grupo multinacional a que pertence – engendra formas oligopólicas de mercado de um novo tipo: as barreiras à entrada inexistem para os competidores que penetram de fora (dada a dimensão do grupo transnacional, os recursos aplicados localmente são exíguos) e são enormemente elevadas para um empresário do país, porquanto a concorrência entre grandes empresas realiza-se mediante a diversificação do produto e a propaganda. Em razão da multiplicidade de filiais, as necessidades de acumulação são consideráveis e notória a tendência à subutilização das instalações. Por outro lado, a pressão para diversificar a demanda e adaptá-la aos padrões que se renovam nos centros de onde emana a tecnologia também se traduz em exigências de acumulação ao nível da massa consumidora. A conseqüência notória é a concentração da renda com distanciamento crescente entre os padrões de vida de uma minoria privilegiada e os da grande massa da população, particularmente a que permanece nas zonas rurais.

A pressão que exercem as empresas transnacionais no quadro dessas novas formas de mercado, que combinam elementos da "concorrência monopolística" com as estratégias dos oligopólios, no sentido de difundir as formas mais sofisticadas de consumo que engendra a civilização industrial, constitui uma das causas básicas da crescente heterogeneidade social do mundo dependente. O rápido desenvolvimento das forças produtivas, ainda que limitado a certos setores ou áreas, e os baixos salários, que uma oferta elástica de mão-de-obra permite pagar ao trabalhador não-especializado, proporcionam considerável excedente. Realimenta-se, assim, a acumulação, em benefício de uma classe média cujos padrões de consumo se distanciam consideravelmente dos da massa da população. Constituída de profissionais, quadros superiores civis e militares e trabalhadores especializados, esses grupos emergentes ampliam o sistema de dominação social e modernizam as estruturas de poder.

A difusão da civilização industrial no quadro da dependência – na fase primário-exportadora como na de industrialização – pressupõe elevação da produtividade econômica da força de trabalho e

crescimento ainda mais intenso do excedente apropriado localmente. Contudo, qualificar um tal processo de *desenvolvimento* implica em atribuir a esse conceito significação muito menos restritiva do que a que lhe corresponde quando aplicado à evolução da civilização industrial nos países que a lideram. Nestes, a intensificação da acumulação foi precedida de transformações sociais com reflexos no sistema de poder. Desde o início diretamente orientada para o desenvolvimento das forças produtivas, a acumulação propiciou outras transformações sociais que tornariam viável a crescente integração política da massa de assalariados. A homogeneização das formas de vida ocorreria no que concerne à satisfação das necessidades básicas (inclusive no campo da cultura não-material), se bem que a heterogeneidade se mantivesse, ou mesmo se acentuasse, no que respeita às necessidades menos essenciais e ao supérfluo. Os bens coletivos, de crescente importância na definição do estilo de vida, seriam um fator de homogeneização social, ainda que em grau que varia consideravelmente entre países.

No quadro da dependência, a difusão da civilização industrial levou a experiências frustradas de homogeneização social (a exemplo do ocorrido no Uruguai) ou a tipos de sociedade de crescente heterogeneidade, nas quais o próprio dinamismo da economia parece requerer a hiperdiversificação do consumo de minorias, que coexistem com amplas maiorias cujo baixo nível de vida serve de escusa para os ínfimos salários que lhe são impostos. Desta forma, o crescimento da produtividade e o aumento da acumulação, que acompanham a difusão da civilização industrial, têm como contrapartida uma crescente pressão sobre a massa trabalhadora. Não se trata de simples reprodução das desigualdades sociais e sim de agravação destas. Em síntese: o desenvolvimento das forças produtivas em condições de dependência não engendra as transformações sociais que estão na base da valorização da força de trabalho.

A utilização de um mesmo conceito – o de desenvolvimento –, com referência aos dois processos históricos, envolve ambigüidades que somente um espesso véu ideológico consegue ocultar.

IV

Da ideologia do progresso à do desenvolvimento

Durante o fecundo processo de invenção cultural que foi a revolução burguesa produziu-se o refinamento desses dois poderosos instrumentos da mente humana: o racionalismo e o empirismo. Tudo submeter ao entendimento crítico a partir de um conjunto de conceitos, por um lado, e por outro referir-se à experiência para comprovar a veracidade de uma proposição – a correspondência das idéias com os fatos – era lançar as bases de uma sociedade fundamentalmente secularizada, na qual não caberiam nem o autoritarismo nem o misticismo como bases do conhecimento. Nessa sociedade tudo podia ser posto em dúvida e a coesão social passava a depender mais da visão do futuro do que da memória do passado. Essa visão do futuro encontrou sua expressão definitiva na idéia de *progresso*. Se a humanidade é perfectível *ad infinitum*, como pensava Condorcet, a idéia de progresso poderá unir os homens de forma ainda mais sólida do que a antiga fé religiosa.

Posto que a revolução burguesa não era outra coisa senão a ascensão de forças sociais que tinham na acumulação a fonte do próprio prestígio, e a acumulação nos meios de produção conduzia à diversificação do consumo (mediante o intercâmbio externo ou a invenção interna), as mudanças que daí decorriam nos padrões culturais – a concepção de modernidade – passaram a ser consideradas como um indicador de ascensão social, de melhora, de progresso. Tudo que conduzia ao progresso, à "riqueza das nações", na feliz síntese do título da obra clássica de Adam Smith, ganhava legitimidade. O sistema de dominação social já não buscava legitimidade em suas origens – em um passado em que os homens houvessem recebido um mandato de seus deuses – e sim em um futuro, visualizado como promessa de abundância para todos, ou pelo menos para aqueles que compreendessem o espírito da nova época. Muitos foram os elementos das classes dominantes tradicionais que cedo captaram essa mensagem, o que explica que a revolução burguesa haja sido em grande parte liderada por membros da nobreza, que punham sua competência e também sua influência a serviço dos novos tempos.

Em uma sociedade em que grupos e classes sociais, com interesses antagônicos, adquirem progressivamente uma percepção das posições respectivas e uma visão do todo social – processo inevitável em uma sociedade secularizada –, as estruturas de privilégios passam a ser transparentes e, por conseguinte, permanentemente ameaçadas. Forças centrífugas tendem a emergir com a tomada de consciência de antagonismos que se agravam. As lutas de classes, que em sociedades submetidas a formas tradicionais de dominação se manifestam sob a forma de explosões ocasionais de populações levadas ao desespero pela exploração e a opressão, surgirão agora como um processo intermitente, exigindo um quadro institucional que as discipline. Nessas sociedades estruturalmente instáveis, com contradições internas que pareciam condená-las a um fim catastrófico, a idéia de progresso iria constituir a célula mater de um tecido ideológico que serviria de ligadura entre grupos sociais antagônicos.

Destruídas as bases ideológicas do autoritarismo e do misticismo, como legitimar o poder sem referi-lo diretamente aos interesses permanentes da coletividade? O problema político fundamental

passava a ser, portanto, o da representatividade. Todos os recursos serão utilizados para "educar" os membros da coletividade, de forma que compreendam os seus "verdadeiros" interesses. É necessário levá-los a preferir a estabilidade ao caos, razão pela qual o sufrágio censitário privilegiará por muito tempo aqueles que mais têm a perder com a instabilidade. A escolarização universal será uma das técnicas sociais de que se lançará mão para uniformizar o pensamento e preparar o homem comum para aceitar a "superioridade dos critérios racionais," com base nos quais os que controlam a informação exercem efetivo poder. Ora, a idéia de progresso permitiria traduzir a nova visão do mundo em termos de solidariedade social, de forma a contrabalançar os efeitos das forças desestabilizadoras. Como não compreender que somente na acumulação poderia ser encontrada solução permanente para os problemas da grande massa da população? Toda tentativa de satisfazer as reivindicações das massas sem passar por uma intensa acumulação estaria necessariamente condenada a malogro: implicaria em desarticular o sistema econômico, em baixa de produtividade, em desemprego. Acumular interessava, evidentemente, aos grupos que tutelavam a estrutura de poder, mas nem por isso deixava de ser fundamental para todos os grupos sociais que aspiravam aos frutos do progresso.

O impacto da ideologia do progresso-acumulação foi tão profundo e abrangente que impregnou inclusive o pensamento revolucionário surgido da luta de classes e orientado para a destruição da ordem capitalista. A sua incorporação ao pensamento revolucionário é um dos ingredientes da passagem do "socialismo utópico" para o "socialismo científico", do pensamento de um Fourier com seu mundo simples de "paixões harmônicas", para o das contradições sempre superadas que abrem a porta de um mundo melhor em Marx.

Em sua forma mais elaborada, o pensamento revolucionário surgido no quadro da civilização industrial atribuiu à classe operária papel histórico semelhante ao que desempenhara a classe burguesa, ou seja, a função de provocar transformações culturais que abririam um novo ciclo de civilização. Mas, enquanto a revolução burguesa se havia desdobrado por séculos, a nova mutação histórica far-se-ia em período relativamente curto, graças à formidável in-

tensificação do processo acumulativo. O rápido desenvolvimento das forças produtivas que se assinalava no século dezenove, ao aumentar a instabilidade característica do sistema, agravaria as contradições entre a base material da sociedade (e seu potencial acumulativo) e o complexo institucional (e o sistema de decisões) que a superintende a serviço da classe burguesa. Mas o verdadeiro progresso – a transformação qualitativa da sociedade – longe de ser linear, apresentar-se-ia como uma ruptura, um salto, após o qual se descortinaria novo horizonte de possibilidades ao homem.

A idéia de superação das contradições da sociedade capitalista (eliminação dos antagonismos de classe) mediante a ruptura e reconstrução da superestrutura (quadro institucional) é, evidentemente, outra versão da visão do futuro como promessa de um mundo melhor. Mesmo manifestando-se sob a forma de um salto, o progresso não deixaria de ser uma conseqüência do prévio desenvolvimento das forças produtivas, vale dizer, da acumulação. A explicação última dessa ruptura estaria exatamente no fato de que o conjunto de relações sociais, particularmente as relações de produção que correspondem aos interesses da classe dominante, passa a constituir um freio ao pleno desenvolvimento dessas forças produtivas. A "agravação das contradições" não era mais do que a manifestação do fato de que a classe burguesa cumprira o seu papel histórico de acicate do processo acumulativo, gastara-se. Transformada em parasita do sistema, ela tendia a operar como freio, à acumulação. Em síntese: as leis da acumulação – com sua teoria implícita da classe portadora de um projeto de sociedade em que se superam as contradições do presente – comandam a evolução das formas sociais.

Apoiada em uma teoria da história que obteve grande impacto ao preencher evidente lacuna das ciências sociais – e que era suficientemente vaga para adaptar-se a uma multiplicidade de situações e jamais poder ser contestada –, a ideologia do "socialismo científico" desempenhou papel da maior relevância na difusão da civilização industrial em áreas em que fora débil ou nulo o processo da revolução burguesa: áreas com grande atraso relativo na acumulação; e também na luta contra a dependência externa nos países submetidos a jugo colonial, ou seja, ali onde a dependência foi efetivo empecilho à difusão da civilização industrial.

Ora, dificilmente se lograria estabelecer uma relação de causalidade entre um prévio desenvolvimento das forças produtivas e a revolução burguesa. Os especialistas estão de acordo em afirmar que esse desenvolvimento foi lento, ou insignificante, durante os dois ou três séculos que precederam à eclosão da civilização industrial: o consumo de energia por trabalhador manteve-se praticamente estável e as principais tranformações da agricultura estiveram ligadas ao sistema de exploração e à introdução de novas culturas, como as da batata e do milho, importadas da América. A relação de causalidade pareceria ser inversa: as mudanças ocorridas no sistema de dominação social abriram a porta à reorientação do processo acumulativo, reorientação que conduziria à aceleração deste. Explica-se, assim, que todo um sistema de cultura se haja contraposto ao que prevalecia. Tampouco caberia falar de revolução cultural, pois o sistema de cultura preexistente, mesmo deslocado, desempenharia papel decisivo na formação do novo quadro institucional e na elaboração da nova visão do mundo.

Certo: a ascensão dos novos grupos dominantes está ligada às transformações trazidas ao processo acumulativo pela expansão comercial que se acelera no século dezesseis, pelo fluxo de ouro e prata originários da América, pela pilhagem da África de onde se extraíram dezenas de milhões de escravos. Mas nada autoriza confundir essa ampliação do excedente com desenvolvimento das forças produtivas. Os novos recursos permitiram financiar guerras e reforçar as estruturas monárquicas que estão na base dos Estados nacinais modernos. E também proporcionaram à classe mercantil os meios para ampliar o raio de ação de suas atividades, substituindo-se no controle da produção agrícola e manufatureira às velhas estruturas de dominação. É a subseqüente imposição dos critérios mercantis à organização da produção – transformação da terra e da força de trabalho do homem em "elementos da produção" submetidos às leis do mercado – que conduzirá à prevalência da racionalidade instrumental e abrirá a porta ao desenvolvimento explosivo das forças produtivas. A civilização industrial, fruto dessa mutação histórica, crescerá dentro do espaço cultural saído da revolução burguesa, mas está longe de com esta confundir-se.

A difusão planetária da civilização industrial veio demonstrar que o conjunto de técnicas (e de formas de comportamento requeri-

das pela aplicação dessas técnicas) que a constituem, são compatíveis com formas de organização social distintas daquelas surgidas da revolução burguesa. Demais, a experiência histórica tem demonstrado que são as sociedades de perfil mais inigualitário, aquelas que mais rapidamente assimilam – ou o fazem com menores deslocações em suas estruturas sociais – os valores da civilização industrial. Por outro lado, liquidar as relações sociais próprias ao capitalismo não significa, necessariamente, marchar para uma sociedade igualitária, se se mantém a lógica da acumulação específica da civilização industrial. Com efeito: o centro motor desta permanece nos países capitalistas de mais alto nível de acumulação; daí que sua vanguarda inovadora continue impregnada dos valores culturais originários da revolução burguesa. O que explica que as ideologias anticapitalistas, fundadas na idéia mater de acumulação-progresso, hajam operado como linha auxiliar na difusão planetária desses valores.

Da mesma maneira que a idéia de progresso transformou-se em alavanca ideológica para fomentar a consciência de interdependência em grupos e classes com interesses antagônicos, nas sociedades em que a revolução burguesa destruíra as bases tradicionais de legitimação do poder, a idéia de desenvolvimento serviu para afiançar a consciência de solidariedade internacional no processo de difusão da civilização industrial no quadro da dependência. Durante a fase de acesso indireto aos valores materiais dessa civilização – fase em que se plantaram as raízes da dependência – prevaleceria a doutrina de que o caminho mais curto para o enriquecimento de uma região ou país era a especialização inter-regional ou internacional. Inserir-se no sistema de divisão internacional do trabalho seria a forma mais "racional" de eliminar o atraso na diversificação do consumo, de avançar para a linha de frente das nações *civilizadas*.

Ora, o caminho da especialização internacional não requeria modificações de maior monta nas estruturas sociais: era um pacto que se estabelecia entre interesses externos e grupos dominantes internos. Importava que estes estivessem em condições de suprir os mercados internacionais de determinados produtos, e não a forma

como eram obtidos os produtos destinados à exportação. O dinamismo do sistema provinha do exterior e não de transformações sociais internas. O mercado interno era função da parcela do excedente retida localmente, portanto uma prolongação das atividades internacionais.

A industrialização no quadro da dependência introduzirá modificações importantes nesse pacto. O interlocutor dos interesses externos (e ocasionalmente o concorrente) será elemento surgido da diversificação da economia, imposta pelas vicissitudes da dependência. Nos países em que a tutela colonial avançou pelo século atual, a transformação das estruturas internas de dominação colonial foi lenta, o que favoreceria a emergência ulterior de forte estamento burocrático. Nos países latino-americanos, onde o Estado nacional se constituiu desde a primeira metade do século dezenove, as repetidas deslocações ocasionadas pela instabilidade do setor primário-exportador propiciaram a diversificação e ampliação dos grupos dominantes, habilitando-os para a fase de industrialização.

O novo pacto entre interesses externos e dirigentes internos, em que se funda a industrialização dependente, viria substituir o mito das vantagens da especialização internacional pela idéia mais mobilizadora de *desenvolvimento*. Privados progressivamente de memória histórica e senso de identidade, referidos a um sistema de medidas concebido para os fins da acumulação, os povos atraídos pela via indireta para a civilização industrial passaram a ser classificados, ordenados, etiquetados, transfigurados em entidades abstratas cujo comportamento se explica exaustivamente a partir de um número limitado de dados. Pasto que se concebê "desenvolvimento" como uma *performance* internacional – ignorando-se o custo da acumulação em termos de valores culturais próprios – a história dos povos passa a ser vista como uma competição para parecer-se com as nações que lideram o processo acumulativo. Os meios sugeridos para alcançar esse objetivo, sempre fugaz, não terão sido muitos: todos passam pela idéia de aumento da taxa de poupança interna e/ou criação de condições capazes de atrair recursos externos. Essa doutrina serviria de cobertura para os investimentos diretos estrangeiros, mediante os quais as atividades produtivas dos países dependentes viriam a ser controladas do exterior. Se o objetivo estratégico é acelerar a acumulação, todo aporte de recursos forâneos

é *positivo*. Pelo mesmo caminho justifica-se a concentração da renda: são os ricos que têm capacidade de poupança. A idéia de progresso que adotam as minorias privilegiadas e a racionalidade das empresas transnacionais convergem para acelerar a diversificação e sofisticação dos padrões de consumo, em detrimento da satisfação das necessidades essenciais do conjunto da população.

Desta forma, a ideologia do desenvolvimento se distingue da do progresso por um economicismo mais estreito, inserido no quadro da dependência externa. A idéia de progresso foi principalmente usada com vistas a favorecer um pacto social entre grupos e classes que se sabiam com interesses antagônicos. Não se pode isolá-la da difusão em todas as camadas sociais do racionalismo e do empirismo que emergiram da revolução burguesa como formas dominantes de pensar. Uma sociedade de classes que pensa sobre si mesma produz necessariamente um pluralismo ideológico. A idéia de progresso foi o cimento de uma superideologia que injectou um fio de solidariedade entre grupos sociais que fatores econômicos objetivos de monta levavam a conflitar. No quadro dos antagonismos e dos problemas que daí surgiam para o sistema de dominação social, a ideologia do progresso tomou corpo, criou e renovou o seu discurso. O diálogo entre conservadores e liberais, pelo fato de realizar-se dentro da classe que exercia o poder, não deixava de captar as ondas de maior amplitude que irradiavam das tensões sociais. A pluralidade ideológica ampliava necessariamente a área coberta pelo debate político: as iniciativas se exerciam em múltiplas direções, a fim de abrir opções nos momentos em que as tensões se tornassem agudas. A visão otimista do futuro, instilada pela ideologia do progresso, preparava os grupos que se sentiam ameaçados em seus privilégios para assimilar iniciativas antecipadoras e acenava para os desprivilegiados com a miragem da ascensão social.

A idéia de desenvolvimento como *performance* internacional apresenta-se dissociada das estruturas sociais, simples expressão que é de um pacto entre grupos internos e externos interessados em acelerar a acumulação. Portanto, tem um conteúdo estreitamente economicista. Ignorando as aspirações – conflitantes ou não – dos grupos constitutivos da sociedade, ela aponta para o simples transplante da civilização industrial, concebida esta como um estilo material de vida originado fora do contexto histórico do país em questão. As condições ideais para esse transplante podem confundir-se com o imobilismo social: a população passa a ser vista pelos agentes do processo de industrialização como uma massa de "recursos produtivos" enquadrados nas leis dos mercados. Os conflitos sociais, longe de serem uma fonte alimentadora da criatividade política, são percebidos como formas de desperdício de energias da sociedade. Importante prolongamento dessa ideologia é a doutrina do autoritarismo como sistema político mais adequado às sociedades de industrialização tardia. Somente no quadro do autoritarismo seria possível criar as condições requeridas para um rápido transplante das técnicas industriais e, simultaneamente, intensificar a acumulação. A atividade política passa a ser vista como um esforço orientado para reduzir as resistências das estruturas sociais à penetração das técnias próprias à civilização industrial. O autoritarismo, instrumento para alcançar estágios superiores de acumulação, tenderia a perder sua razão de ser em fase ulterior do desenvolvimento. Também neste caso a evolução das forças produtivas é apresentada como catapulta para alcançar formas sociais consideradas superiores. Como no caso da doutrina do "socialismo científico", esta visão otimista do futuro, subproduto da acumulação, não tem mais fundamento do que uma leitura epidérmica da histórica social da Europa.

Uma comparação, mesmo superficial, dos dois processos históricos, evidencia que, no primeiro, os conflitos sociais e a atividade política a estes ligada constituem o elemento propulsor das transformações estruturais que são a substância do que veio a chamar-se "desenvolvimento". Sem essas transformações o processo de acumulação nas forças produtivas não teria prosseguido além de certos limites. A civilização material engendrada pela industrialização não é outra coisa senão o conjunto de manifestações externas de um processo de criatividade cultural que abrange outras esferas da vida social. Assim, a orientação da tecnologia não é alheia a esse processo de confrontação de forças sociais. Em síntese: a panóplia de bens que a sua disposição tem o membro da moderna sociedade de consumo constitui a resultante momentânea de longo processo histórico, no qual a reprodução de estruturas sociais, sempre postas em xeque, ocorre num quadro altamente dinâmico. No segundo dos processos históricos referidos – o da industrialização em condições

de dependência – as transformações estruturais são um esforço de adaptação em face do transplante maciço de técnicas geradas em sociedades que se encontram em fase bem mais avançada de acumulação.

Ao contrário do que ocorreu no primeiro processo, nenhuma evidência existe de que a industrialização dependente conduz a formas sociais estáveis. A crescente heterogeneidade social, que tem na "marginalidade urbana" apenas um de seus sintomas mais alarmantes, parece apontar em direção oposta. Ora, os sinais de uma instabilidade intrínseca em gestação servem de justificativa para o reforço de um autoritarismo preventivo. Desta forma, mais do que instrumento destinado a propiciar uma rápida acumulação, o autoritarismo é uma arma repressora das forças sociais que a industrialização dependente não consegue canalizar de forma construtiva. Sendo o desenvolvimento a expressão da capacidade para criar soluções originais aos problemas específicos de uma sociedade, o autoritarismo, ao bloquear os processos sociais em que se alimenta essa criatividade, frustra o verdadeiro desenvolvimento.

V

Acumulação e criatividade

Quaisquer que sejam as antinomias que se apresentem entre as visões da história que emergem em uma sociedade, o processo de mudança social que chamamos desenvolvimento adquire certa nitidez quando o relacionamos com a idéia de criatividade. Simplesmente para reproduzir suas estruturas tradicionais, as sociedades necessitam de meios de defesa e adaptação, cuja eficácia reflete a aptidão de seus membros para formular hipóteses, solucionar problemas, tomar decisões em face da incerteza. Ora, a emergência de um excedente adicional – conseqüência do intercâmbio com outros grupamentos humanos ou simplesmente do acesso a recursos naturais mais generosos – abre aos membros de uma sociedade um horizonte de opções: já não se trata de reproduzir o que existe e sim de ampliar o campo do que é imediatamente possível, esse espaço intermediário entre o ser e o nada a que se referiu Leibniz, dentro do qual se concretizam as potencialidades humanas. O novo excedente constitui, portanto, um desafio à inventividade. De um ângu-